

MARIA CECÍLIA ABBUD

**PROJETO DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NA CONSERVAÇÃO DA  
ILHA RASA, APA DE GUARAQUEÇABA, PARANÁ**

CURITIBA

2011

MARIA CECÍLIA ABBUD

**PROJETO DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NA CONSERVAÇÃO DA  
ILHA RASA, APA DE GUARAQUEÇABA, PARANÁ**

Trabalho apresentado para obtenção parcial do título de MBA em Gestão Ambiental no curso de Pós-Graduação em MBA em Gestão Ambiental. Departamento de Economia Rural e Extensão, Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Augusto  
Abrahão Morato

CURITIBA

2011

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao meu orientador Sérgio Morato por disponibilizar seu tempo e pelas ótimas conversas.

A Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS), principalmente a coordenadora do Projeto de Conservação do Papagaio-de-cara-roxa, Elenise Sipinski, pela oportunidade de trabalho e o fornecimento de materiais referentes aos projetos realizados na Ilha Rasa e aos moradores da ilha pelas informações sobre a comunidade.

A minha família, que me promoveu a oportunidade de cursar o MBA em Gestão Ambiental e de realizar o módulo internacional, ampliando meus conhecimentos com experiências e informações indispensáveis para um profissional da área ambiental.

Ao meu namorado Felipe por estar sempre ao meu lado me incentivando e me ajudando a colocar em prática minhas ideias.

Agradeço a Yohana, a Luciana e ao professor Paulo de Tarso por toda a dedicação aos alunos do MBA e ao curso.

E agradeço a todos meus colegas do MBA por acrescentarem muito com suas experiências nas aulas e pela companhia por todo esse período.

Obrigada!

## LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Fig.01 Localização da APA de Guaraqueçaba.....	07
Fig.02 Localização da Ilha Rasa. Fonte: Google Earth.....	15
Fig.03 Comunidades na Ilha Rasa. Fonte: SPVS.....	16
TABELA 01. CRONOGRAMA DO PROJETO.....	22
TABELA 02. RECURSOS FINANCEIROS NECESSÁRIOS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO.....	25

## SUMÁRIO

RESUMO.....	6
1.INTRODUÇÃO .....	7
2. OBJETIVOS .....	11
2.1 OBJETIVO GERAL.....	11
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	11
3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA .....	12
4. METODOLOGIA.....	15
4.1. ÁREA DE ESTUDO .....	15
4.2 PROCEDIMENTOS .....	17
4.2.1 Avaliação da situação atual.....	17
4.2.2 Reuniões e Representantes.....	18
4.2.3 Ferramentas para a Educação Ambiental .....	20
4.2.4 Avaliação do Projeto .....	21
5. RECURSOS FINANCEIROS.....	22
6. RESULTADOS ESPERADOS.....	23
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	24
8.CRONOGRAMA.....	25
9. REFERÊNCIAS.....	26

## RESUMO

A Ilha Rasa está localizada no ambiente estuarino da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba e de acordo com a sua proposta de zoneamento o território da ilha, esta em maior parte dentro de zonas ambientais de conservação e algumas porções em zonas ambientais de proteção como os manguezais. A geração de renda dos residentes da ilha é baseada no extrativismo sem técnicas de manejo adequadas, causando impactos sobre os recursos naturais e a biodiversidade local. Além disso, a chegada da água potável e da energia elétrica em 1990 provocou o aumento da população local e transformações sociais e econômicas trouxeram novas questões ambientais a serem solucionadas. As normas e restrições estabelecidas aos moradores da APA causaram conflitos em relação à geração de renda e aos novos hábitos socioeconômicos da população. A complexidade dessa questão fez surgir o pressuposto de que o sucesso de iniciativas de conservação em áreas protegidas sujeitas à pressão humana depende da inclusão das populações locais no desenvolvimento dessas iniciativas. Embora a Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS) tenha realizado projetos de educação ambiental com a comunidade da ilha, ainda existe uma necessidade de sensibilizar os moradores em um trabalho contínuo, com o fomento da cultura da conservação na população da Ilha Rasa e a participação dos mesmos na busca por soluções de questões e conflitos relacionadas ao meio ambiente.

## 1.INTRODUÇÃO

O litoral do Estado do Paraná possui diferentes Unidades de Conservação de proteção integral e uso sustentável, como o Parque Nacional de Superagui, Estação Ecológica de Guaraqueçaba, Reservas Particulares do Patrimônio Natural Salto Morato e Morro da Mina, Estação Ecológica e Parque Estadual da Ilha do Mel e Estação Ecológica e Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba.

A APA de Guaraqueçaba é a maior unidade de conservação da região, foi criada em 1985 para proteger uma das maiores e mais importantes áreas contínuas de floresta atlântica no país, com uma elevada diversidade biológica (IBAMA, 2005). Engloba todo o município de Guaraqueçaba e parte dos municípios de Antonina, Paranaguá e Campina Grande do Sul e compreende cerca de 314000 ha, abrangendo áreas de estuário, ilhas, mangue, planície, montanhas e planalto (Fig.01) (SPVS, 1992; Carrillo & Batista, 2007). Possui aproximadamente 11.290 habitantes, sendo que 77% vivem no meio rural em 54 comunidades distribuídas ao longo da região (IBGE, 2002; IPARDES, 2001).

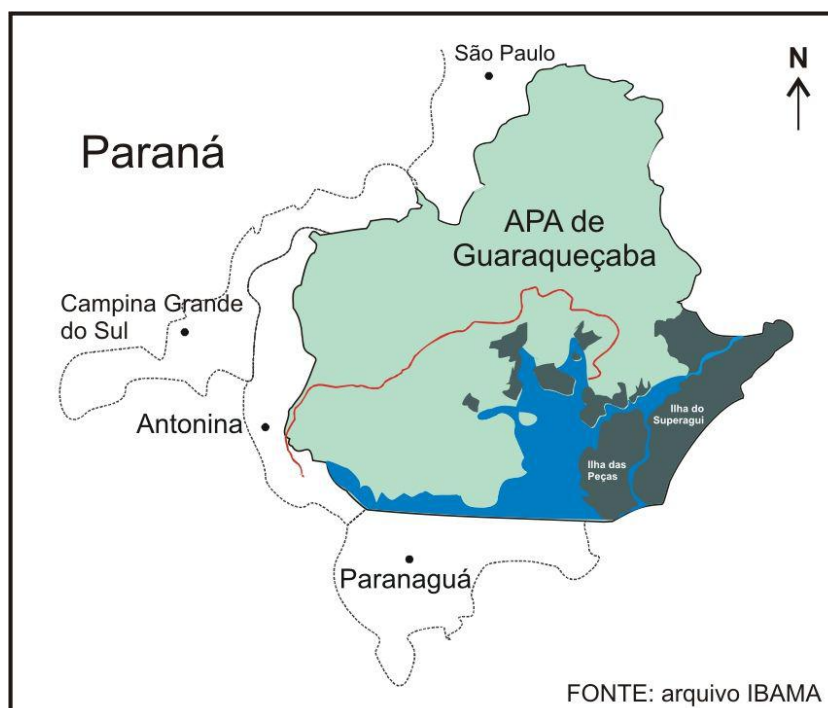


Fig.01 Localização da APA de Guaraqueçaba.

As principais ameaças à conservação da APA de Guaraqueçaba no continente são o desmatamento e a pressão antrópica sobre a fauna e flora decorrente da estrutura fundiária da região, extração de palmito, comércio ilegal de espécies animais e vegetais e o turismo sem planejamento, e no ambiente estuarino são a exploração intensiva de recursos pesqueiros, a extração vegetal do mangue e a poluição (Bolzani & Karam, 2003).

A Ilha Rasa, localizada no ambiente de estuário da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba, faz parte do complexo estuarino lagunar Paranaguá – Cananéia - Iguape, região integrante da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, criada em 1991 pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) (SPVS, 1992; Bolzani & Karam, 2003). Por compor uma unidade de conservação de uso sustentável, têm como objetivo básico possibilitar a conservação da natureza com o uso de parte dos seus recursos naturais (SPVS, 1992; BRASIL, 2000).

De acordo com a proposta de zoneamento da APA, o território da Ilha Rasa está em maior parte dentro de zonas ambientais de conservação (áreas em que a ocupação do solo é permitida sob condições adequadas de manejo e utilização de recursos ambientais) e algumas porções em zonas ambientais de proteção (áreas de proteção de sistemas naturais, considerados de alta peculiaridade ambiental e alta susceptibilidade a riscos ambientais) como os manguezais (IPARDES, 2001).

A geração de renda dos residentes da ilha é baseada em extrativismo. As atividades de pesca artesanal (peixes e camarão), coleta de siris, caranguejos, ostras e bacurus e de extração de madeira (principalmente o Guanandi, *Calophyllum brasiliensis*, utilizado na construção de casas, canoas e remos), são feitas sem técnicas de manejo adequadas, causando impactos sobre os recursos naturais e a biodiversidade local (Bolzani & Karam, 2003). Além disso, a chegada da água potável e da energia elétrica em 1990 provocou o aumento da população local e, através da influência dos centros urbanos próximos, transformações sociais e econômicas ocorreram, surgindo o hábito de consumo intenso e novas questões ambientais a serem solucionadas.

Com o objetivo de proteger a diversidade biológica, disciplinar a ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso de recursos naturais da APA de Guaraqueçaba, normas e restrições foram estabelecidas aos moradores da ilha e causaram conflitos em relação à geração de renda e aos novos hábitos socioeconômicos da população.

Com frequência áreas protegidas são palco de conflitos de interesses, envolvendo de um lado as populações locais e as que vivem em seus limites, que reivindicam o uso dos recursos naturais, e de outro as entidades que trabalham a favor da conservação desses recursos (SNUC, 2000; Bolzani & Karam, 2003, Teixeira, 2004).

A complexidade dessa questão fez surgir o pressuposto de que o sucesso de iniciativas de conservação em áreas protegidas sujeitas à pressão humana depende da inclusão das populações locais no desenvolvimento dessas iniciativas e na participação das mesmas em tomadas de decisões sobre questões ambientais e socioeconômicas relacionadas ao uso do recurso e a conservação do meio ambiente (Bolzani & Karam, 2003).

Porém, quando falamos em participação da população, encontramos algumas dificuldades. Para Hernández (1996) a participação da comunidade nas decisões depende do grau de identificação e compromisso das pessoas com o projeto. A autora propõe três níveis de participação: a “assistência”, maneira mais comum de participação, pois não requer uma identificação com o projeto, a “participação permanente”, onde as pessoas percebem a importância do projeto e começam a assumir responsabilidades pontuais e a “participação orgânica”, as pessoas se identificam com o projeto, assumem áreas de planejamento e de execução e coordenação, ou seja, entendem como sendo uma ação sua. Quando os membros de um grupo percebem que seus objetivos e interesses estão relacionados, mesmo que minimamente, com os objetivos da ação, a participação é potencializada (Bordenave, 1983 *apud* Limont, 2009).

Por isso, a necessidade da compreensão pelos moradores da importância da manutenção da área, a fim de conscientizá-los sobre o manejo adequado dos recursos e o cuidado com a biodiversidade local e a qualidade do ambiente, tornam-se medidas primordiais.

O presente projeto procura fomentar a cultura da conservação nos moradores da Ilha Rasa através da educação ambiental por procedimentos que se baseiam no “Círculo de Cultura”, conceito do educador brasileiro Paulo Freire, definido por ele como uma experiência na qual não se tem uma programação estabelecida a priori, o grupo que a define. Dessa forma, a temática é tratada podendo ser inseridos, pelo mediador, assuntos considerados fundamentais para melhor esclarecimento do tema (Freire & Betto, 1985). Tais procedimentos objetivam a construção do conhecimento e a promoção do interesse em temáticas ambientais, potencializando a participação

da população em decisões sobre questões de conflitos socioambientais. Pois, segundo Limont (2009) é necessário viabilizar processos participativos que fortaleçam a capacidade de atuação crítica, sobretudo, daqueles grupos sociais mais afetados pelas restrições de uso das UCs.

Para Freire (1983), todos os membros participantes do círculo de cultura possuem potencial para superar a “consciência ingênua” e alcançar a “consciência crítica”, pois quanto menos criticidade em nós, mais ingenuamente são tratados os problemas e discutidos superficialmente os assuntos.

Esse autor considera o homem um ser relacional, criador de cultura e que só constrói o conhecimento através diálogo (Padilha, 2011), o qual é entendido como capacidade de se colocar no lugar do outro, de respeitar a opinião alheia e ainda, de exercitar técnicas de comunicação e também pode ser um elemento potencializador do processo participativo (Bordenave, 1983 *apud* Limont, 2009). Assim, a transformação social possibilitada pela educação terá seu reflexo na participação social, ou seja, o processo de enfrentamento dos problemas e conflitos ambientais depende da capacidade crítica de atuação dos sujeitos (Limont, 2009).

## 2. OBJETIVOS

### 2.1 OBJETIVO GERAL

Promover a manutenção da riqueza biológica e dos recursos naturais da Ilha Rasa, estimulando a construção do conhecimento pelos moradores, a fim de fomentar a cultura da conservação e a participação nas tomadas de decisões sobre as questões relacionadas ao meio ambiente através da educação ambiental.

### 2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Avaliar a situação atual em relação à conscientização da população.
- Avaliar a situação atual de conflitos existentes entre a comunidade e as ações de conservação da natureza na ilha;
- Mapear os problemas ambientais e o uso dos recursos juntamente com a população local;
- Incentivar a população a discutir assuntos relevantes sobre o meio ambiente;
- Promover trocas de conhecimentos e experiências entre diferentes entidades;
- Estimular atividades de educação ambiental através de ferramentas da EA.

### 3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

No Brasil, a preocupação em pensar na conservação ambiental como um aspecto educacional iniciou na década de 1970, caracterizado pela crescente organização dos movimentos sociais e a expansão de novos espaços de diálogo entre sociedade civil e Estado. A premissa de que a participação favorece os objetivos da conservação foi bem aceita por organizações governamentais e não governamentais (Bolzano & Karam, 2003; Limont, 2009; Magalhães *et al.*, 2010) e nesse contexto, diversas leis e decretos foram estabelecidos.

A Política Nacional do Meio Ambiente, Lei nº 6.938, criada em 31 de agosto de 1981, tem como objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, visando assegurar condições ao desenvolvimento socioeconômico. Um de seus princípios é a educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, com o objetivo de capacitá-la para a participação ativa na defesa do meio ambiente (BRASIL, 1981).

A Constituição Federal de 1988, seguida da Convenção da Diversidade Biológica (Rio-92), contribuíram para a consolidação da participação popular nas decisões, porém trouxeram os desafios da implementação da gestão participativa no uso e na distribuição dos bens naturais (BRASIL, 1988; Loureiro & Cunha, 2008).

Em 1999, a Lei nº 9.795 de 27 de abril, institui a Política Nacional de Educação Ambiental, a qual define a educação ambiental como os processos pelo qual o indivíduo e as coletividades constroem valores sociais, conhecimentos e habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação e para o meio ambiente. Como alguns princípios da EA: o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo; o meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência do meio ambiente, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade; o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva de inter, multi, transdisciplinaridade; a garantia de continuidade e permanência do processo educativo e o reconhecimento e o respeito da pluralidade e diversidade individual e cultural. Como alguns objetivos: a garantia de democratização das informações ambientais, o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social e o incentivo da participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente (BRASIL, 1999).

O Decreto Lei nº 9985/2000, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades, e enfatiza como objetivos, a promoção do desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais, o favorecimento das condições e promoção da educação ambiental e a proteção dos recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura. E como diretrizes, a participação efetiva das populações locais na gestão das UCs, a consideração das condições e necessidades das populações locais no desenvolvimento e adaptação de métodos e técnicas de uso sustentável dos recursos naturais e a garantia de meios alternativos de subsistência às populações tradicionais cuja subsistência dependa da utilização de recursos naturais (BRASIL, 2000).

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, Decreto 6040/2007, enfatiza ainda mais a participação da comunidade na conservação de seu ambiente, com evidencia no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições (BRASIL, 2007).

Porém, apesar de bem fundamentadas pela legislação, as iniciativas de participação da comunidade na conservação são processos longos e de difícil execução e manutenção. A falta de comunicação adequada e de incentivos e recursos financeiros podem, muitas vezes, inviabilizar as atividades (IBAMA, 2007). Na Ilha Rasa, dois projetos implantados pela Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental – SPVS apresentaram resultados significativos, o Projeto Saúde Comunitária, Educação Ambiental e Conservação em Guaraqueçaba e o Projeto de Conservação do Papagaio-de-cara-roxa, porém, existiram e ainda existem dificuldades em sua manutenção, principalmente por falta de financiadores.

O Projeto Saúde Comunitária, Educação Ambiental e Conservação em Guaraqueçaba foi iniciado em 1994 e encerrado em 2002, com o objetivo de atuar na melhoria da qualidade de vida da população local, em particular no setor da saúde, visando criar condições para um posterior envolvimento da população nos esforços pela conservação ambiental da APA de Guaraqueçaba. O projeto constituiu-se de três diferentes fases: 1ª) treinamento de agentes comunitários de saúde, organização de grupos de mulheres para discussões de questões relacionadas a

saúde e formações de Associações de Moradores; 2ª) implantação de um sistema de abastecimento de água, vinda da Reserva do Itaqui (propriedade da SPVS) para a ilha e realização de atividades de educação sanitária e ambiental; 3ª) realização de oficinas sobre organização social e alternativas de geração de renda (artesanato), realização de encontros comunitários com discussões sobre conservação da biodiversidade local e educação ambiental, desenvolvimento de alternativas de tratamento de esgoto e planejamento da gestão de resíduos na Ilha Rasa (SPVS, 2003).

O Projeto de Conservação do Papagaio-de-Cara-Roxa foi iniciado em 1998 e permanece em andamento com o objetivo de estudar, monitorar as populações de papagaios (*Amazona brasiliensis*) e facilitar sua reprodução e o crescimento populacional, através da manutenção de ninhos naturais e da construção e instalação de ninhos artificiais, já que a espécie está em sério risco de extinção e é endêmica da Floresta Atlântica, ocupando apenas a região entre o litoral sul do Estado de São Paulo e o extremo norte do litoral de Santa Catarina e vivendo a maior parte da população no litoral do Paraná. Além disso, atividades de educação ambiental com os moradores locais e turistas, incentivo ao Ecoturismo de base comunitária e combate ao tráfico e à caça ilegal de animais também foram realizadas. Atualmente, as pesquisas biológicas permanecem em andamento e a cultura do mel de abelhas nativas como alternativa de renda esta sendo introduzida na região (Bolzani & Karam, 2003; SPVS, 2009 e 2011).

## 4. METODOLOGIA

### 4.1. ÁREA DE ESTUDO

A Ilha Rasa está localizada a noroeste da APA de Guaraqueçaba, na baía das Laranjeiras (Fig. 02). Estende-se entre as coordenadas geográficas 25° 15' e 25° 30' Sul e 48° 20' e 48° 30' Oeste, com dimensões de aproximadamente 7 km de comprimento e largura máxima de 3km. Sua área é de aproximadamente 10,5 km<sup>2</sup> e altitude máxima de 40 m (SPVS,1999).

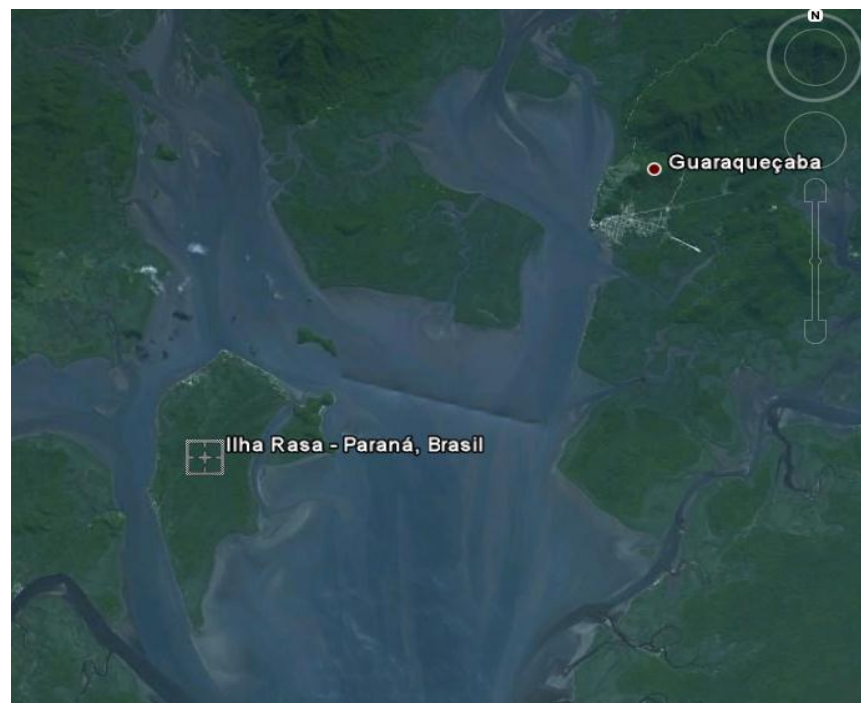


Fig.02. Localização da Ilha Rasa. Fonte: Google Earth

Os moradores da Ilha Rasa formam uma população tradicional, constituída basicamente de pescadores, os quais a ocupam há várias gerações e constituem quatro comunidades: Ilha Rasa, Ponta do Lanço, Almeida e Mariana (Fig.03), totalizando cerca de 800 habitantes (SPVS, 1999, Kaick & Macedo, 2002; Oromar Cordeiro Barbosa comunicação pessoal, 2011).

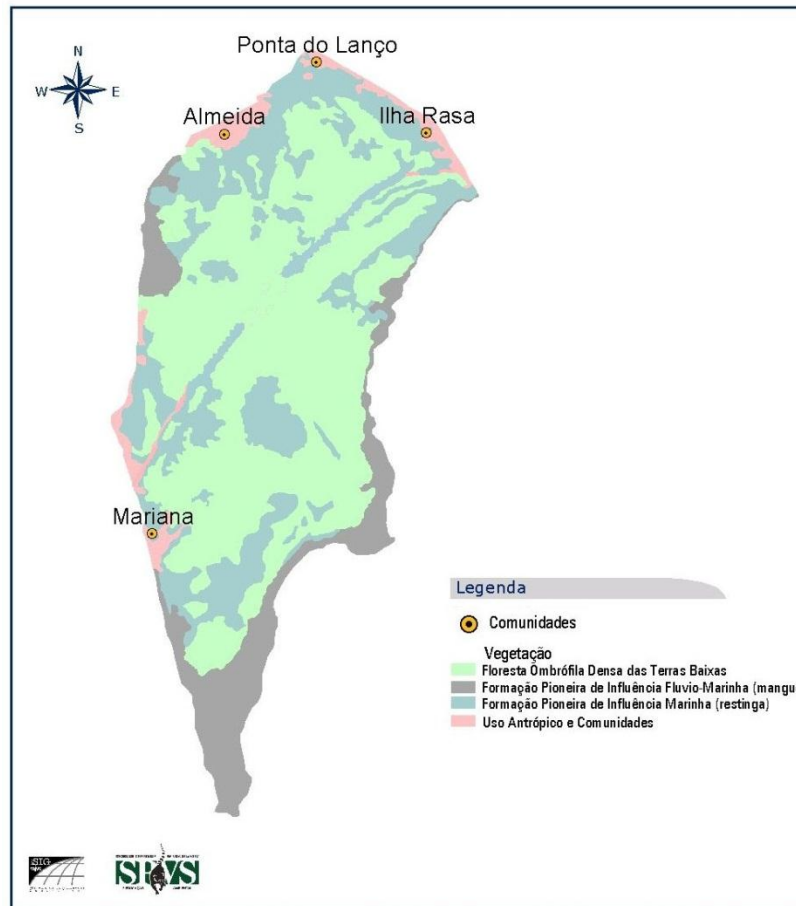


Fig.03 – Comunidades na Ilha Rasa. Fonte: SPVS.

As comunidades de Ilha Rasa e Almeida possuem melhor infraestrutura, apresentando cada, sua Associação de Moradores. A ilha possui duas escolas, uma em Almeida (onde é oferecida apenas parte do ensino fundamental de 1ª à 4ª série) e outra na Ponta do Lanço, onde são oferecidos ensino fundamental e médio (SPVS, 1999; Oromar Cordeiro Barbosa comunicação pessoal, 2011).

Por ser uma região de pouco desenvolvimentos, possui um dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) mais baixos do Estado do Paraná. A população local enfrenta dificuldades para estabelecer um mínimo de qualidade de vida, como saneamento básico e saúde.

## 4.2 PROCEDIMENTOS

### 4.2.1 Avaliação da situação atual

#### - Questionário Específico por Gênero

Para avaliar a situação atual em relação à conscientização da população, após a implementação dos projetos pela SPVS, serão aplicados questionários específicos por gêneros que abordarão assuntos como saúde, educação e utilização de recursos naturais em grande parte das famílias das comunidades de Ilha Rasa, Mariana, Ponta do Lanço e Almeida. Essa metodologia foi estabelecida por um estudo feito pelo MERGE - Manejo de Ecossistemas e Recursos com ênfase em gênero – durante a criação do Parque Nacional do Jaú, Estado do Amazonas, e considera diferentes questões para cada gênero, pois se observou que perguntas sobre culinária, crescimento e mortalidade da população, migração, lazer e consumo eram sempre respondidas pelas mulheres e questões gerais sobre caça e comércio dos recursos eram respondidas pelos homens.

A aplicação dos questionários, utilizando a mesma metodologia, será realizada individualmente, para que não haja interferência nas respostas, por duas pessoas integrantes da equipe do mesmo sexo que o entrevistado, sendo que uma conversa com o morador e a outra anota as respostas no questionário. No estudo pelo MERGE, percebeu-se que as mulheres ficavam mais a vontade em responder o questionário para outras mulheres e que as perguntas eram melhores respondidas através de conversas.

Após a coleta das informações, os resultados serão compilados em um relatório disponível para a comunidade e servirão de parâmetros para temáticas para discussões e para medidas futuras.

#### - Mapeamento dos Problemas Ambientais e do Uso de Recursos

As atividades de mapeamentos serão divididas em duas etapas: o mapeamento dos problemas ambientais da Ilha Rasa será realizado pelas crianças

durante o período escolar e o mapeamento do uso de recursos será realizado por jovens e adultos em cada unidade familiar.

O mapeamento dos problemas ambientais será realizado por integrantes da equipe juntamente com os professores. Inicialmente os alunos serão levados para uma excursão nas comunidades onde moram, com o objetivo de levantar e anotar os problemas encontrados. Em sala, cada aluno desenhará um mapa localizando em sua comunidade questões ambientais a serem resolvidas.

Juntamente, professores e alunos analisarão cada mapa feito e colocarão, em um mapa impresso da ilha, ícones que identificam os problemas. Em seguida, serão feitas discussões sobre os problemas ambientais encontrados e possíveis soluções para cada situação apontada, sempre enfatizando a repercussão dessas medidas na vida dos moradores da ilha.

Uma atividade semelhante à desenvolvida com as crianças será realizada por integrantes da equipe com jovens e adultos em cada unidade familiar. O mapeamento do uso de recursos pelos moradores das comunidades será realizado através do desenho de um mapa. Após, em grupos maiores, os moradores da região colocarão as atividades de uso de recurso em um mapa impresso da ilha através de ícones que representam cada atividade.

Durante as atividades serão realizadas anotações para posterior elaboração de relatórios que estarão em disposição da comunidade e serão utilizados como parâmetros para as discussões em grupo.

#### 4.2.2 Reuniões e Representantes

##### - Reuniões

Reuniões quinzenais de pequenos grupos de moradores nas quatro comunidades serão mediadas e conduzidas por uma equipe de profissionais de diferentes áreas, através de conversas sobre questões ambientais e socioeconômicas de interesse da população.

Como ponto de partida para as discussões, serão colocados lado a lado os mapas produzidos pelas crianças e pelos jovens e adultos, a fim de que se inicie

uma reflexão sobre tais temáticas e sua relação. Primeiramente, as reuniões serão conduzidas com o intuito de se levantar questões e dúvidas relacionadas ao tema, e posteriormente, possíveis soluções e alternativas poderão ser apontadas pelos moradores, sempre com ênfase na repercussão dessas em suas vidas.

As discussões, questões, possíveis soluções, alternativas e conclusões serão anotadas e um relatório será elaborado para posterior consulta das comunidades, utilização em futuras discussões e avaliação do projeto.

#### - Representantes e Troca de Conhecimentos

Após um ano de reuniões, através de votos, será feita a escolha de dois representantes de cada grupo de moradores. A reunião dos representantes ocorrerá uma vez por mês e possibilitará trocas de conhecimentos sobre soluções e alternativas para as questões levantadas nas reuniões dos grupos de moradores. Essa troca pode ser feita também com a participação de representantes de outras cidades do litoral, de entidades como ONGs, entidades de estudo e pesquisa, e dos conselheiros da APA de Guaraqueçaba. Tais informações deverão ser repassadas para as comunidades nas reuniões de grupos de moradores. As reuniões serão mediadas e conduzidas por uma equipe de profissionais de diferentes áreas.

Um relatório com as anotações feitas durante as reuniões será elaborado para posterior consulta das comunidades, utilização em discussões futuras e avaliação do projeto.

#### - Conselho Gestor da APA de Guaraqueçaba

O conselho gestor de uma unidade de conservação é a formalização da participação das comunidades constituintes da mesma nas decisões relacionadas as questões ambientais, sociais e econômicas. É um mecanismo previsto pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que pode ter caráter consultivo ou deliberativo, e sua composição deve contemplar o universo de entidades e grupos organizados que têm envolvimento direto na gestão destas áreas, com representação de órgãos governamentais e não-governamentais.

O Conselho Consultivo da APA de Guaraqueçaba (CONAPA) foi criado em 2002, através do Decreto 4340, e é uma das principais ferramentas de gestão da APA de Guaraqueçaba, além de ser um importante espaço de participação de comunidades de toda a região. Os representantes são de todos os setores da sociedade, sendo a presidência ocupada por um representante do IBAMA. O CONAPA possui 5 câmaras técnicas, sendo elas: pesca, conservação e manejo, infra-estrutura, atividades rurais e regularização fundiária e um grupo de trabalho, de comunicação. A participação nas reuniões do conselho e nas câmaras técnicas é aberta a qualquer interessado em contribuir com os trabalhos do Conselho. As questões, decisões e soluções encontradas nas reuniões de grupos de moradores e nas reuniões dos representantes serão apresentadas oficialmente nas reuniões ordinárias do Conselho da APA de Guaraqueçaba, que ocorrem 3 vezes ao ano.

#### 4.2.3 Ferramentas para a Educação Ambiental

##### - Sala Verde

Nos finais de semana os espaços escolares serão utilizados para atividades educacionais, culturais, sociais e incorporação de práticas ligadas às questões ambientais com as crianças, jovens e adultos. Tais atividades poderão ser elaboradas por ONGs, por universidades, por entidades particulares, organizações governamentais ou mesmo por moradores locais. Sempre deverá ser priorizada a participação de residentes da ilha na realização dos eventos.

##### - Coletivo jovem

Reunião de jovens interessados na discussão de políticas públicas e na elaboração de ações relacionadas a educação e ao meio ambiente, partindo dos integrantes temáticas de interesse, a fim de fortalecer os futuros gestores e educar outros jovens. As reuniões serão mediadas e conduzidas inicialmente por uma equipe de profissionais de diferentes áreas, podendo posteriormente participar da

mesma, moradores integrantes dos grupos de discussões e interessados na temática.

#### 4.2.4 Avaliação do Projeto

Após três anos de implementação do projeto, serão avaliados o envolvimento e interesse dos moradores pelo tema meio ambiente, a participação dos indivíduos nas questões ambientais e socioeconômicas e o projeto como um todo através dos relatórios elaborados nas fases anteriores e de uma escala de efetividade com cinco níveis de avaliação: 1 – resultado não efetivo (20%); 2 - resultado pouco efetivo (40%); 3 – resultado mediano (60%); 4 – Resultado efetivo (80%) e 5- resultado muito efetivo (100%). Essa escala será aplicada anualmente, aos seguintes indicadores:

- Destinação adequada do lixo doméstico;
- Pesca e coleta de caranguejos, siris e ostras com técnicas de manejo que não causem impacto ao ambiente;
- Redução da extração de madeira para construção de barcos e casas;
- Redução do desmatamento;
- Redução da caça;
- Redução do comércio ilegal de animais;
- Redução da extração do palmito;
- Redução da poluição;
- Redução da extração vegetal do mangue;
- Redução das queimadas;

## 5. RECURSOS FINANCEIROS

TABELA 02. RECURSOS FINANCEIROS NECESSÁRIOS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO.

	Quantidade	Preço (unidades) (R\$)	Preço (R\$)
Estadia na casa	60 meses	250,00 (mês)	15000,00
Pagamento Equipe	4 funcionários x 2 meses (1000,00 + 21% INSS + 2% FGTS + 13° + 1/3 férias)	2066,00 (funcionário/ período)	12264,00
	6 funcionários qualificados x 60 meses (2500,00 + 12% INSS + 2% FGTS + 13° + 1/3 férias)	38000,00 (funcionário/ano)	1140000,00
Papel	25000	3,00 (100 folhas)	750,00
Cartolina	400	1,00 (cartolina)	400,00
Lápis preto	600	2,50 (3 lápis)	500,00
Lápis de cor	300 caixas	4,00 (caixa)	1200,00
Caneta	500	1,50 (caneta)	750,00
Tachinhas	5 caixas	1,30 (caixa)	6,50
Impressões	20000 folhas	0,20 (folha)	4000,00
Impressão mapas	2 mapas 3,00 x 1,50m	40,00 (painel)	80,00
Transporte barco	420 passagens	12,00 (passagem)	5040,00
Transporte ônibus	420 passagens	25,00 (passagem)	10500,00
<b>TOTAL</b>			<b>1190490,50</b>

## 6. RESULTADOS ESPERADOS

Como resultado da promoção e mediação de discussões sobre o meio ambiente e a sociedade e das trocas de conhecimentos e experiências entre moradores da Ilha Rasa, e entre esse e moradores das cidades vizinhas, representantes de ONGs, entidades de estudo e pesquisa e outras, espera-se estimular a população a construir o conhecimento sobre tais assuntos, despertando o interesse pelos mesmos e encontrando soluções e alternativas para as questões, partindo de suas conclusões.

Ao realizar o levantamento da situação atual em relação a conscientização ambiental da população (após a implementação dos projetos pela SPVS), o levantamento dos conflitos existentes entre a comunidade e as ações de conservação da natureza na ilha e os mapeamentos dos problemas ambientais e do uso dos recursos juntamente com a população local, estabelecem-se bases para as atividades de educação ambiental em toda a comunidade.

Tais atividades, em um longo processo de discussões e conclusões, promovem a potencial participação da população das comunidades de Ilha Rasa nas decisões sobre questões ambientais e socioeconômicas da região e nas reuniões do Conselho Consultivo da APA de Guaraqueçaba, estimulando-a em fazer parte do mesmo.

## **7. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Mesmo que na APA de Guaraqueçaba sejam constantes as iniciativas de participação comunitária, um projeto direcionado as comunidades da ilha poderá trazer resultados mais efetivos. A aplicação do projeto nas comunidades da Ilha Rasa levará a um maior preparo da população local, favorecendo sua participação nas tomadas de decisões sobre conflitos gerados pelo uso dos recursos naturais e pela conservação ambiental. Além disso, a intenção de uma educação ambiental continuada, partindo dos projetos realizados pela SPVS, e seguindo na promoção da construção do conhecimento pelos próprios moradores, depositando credibilidade e valorizando sua identidade e tradição, pode resultar na cultura da conservação, integrando-a aos costumes locais, e dessa forma, sendo passada para as gerações futuras.

## 8.CRONOGRAMA

TABELA 01. CRONOGRAMA DO PROJETO.

Atividades	2012		2013		2014	2015	2016
	1º semestre	2º semestre	1º Semestre	2º Semestre			
Aplicação dos questionários	X						
Mapeamentos de problemas ambientais	X						
Mapeamentos de uso de recursos	X	X					
Reuniões dos moradores		X	X	X	X	X	
Reuniões dos representantes				X	X	X	X
Sala Verde		X	X	X	X	X	X
Coletivo Jovem				X	X	X	X
Avaliação do projeto						X	X

## 9. REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição, 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado.

\_\_\_\_\_. Política Nacional de Educação Ambiental, 1999. Brasília, DF, Senado. Disponível em <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm)> Acesso em: 03/12/2011

\_\_\_\_\_. Política Nacional do Meio Ambiente, 1981. Brasília, DF, Senado. Disponível em <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm)> Acesso em: 16/11/2011.

\_\_\_\_\_. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, 2007. Brasília, DF, Senado. Disponível em <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm)> Acesso em: 16/11/2011.

\_\_\_\_\_. SNUC, 2000. Sistema Nacional de Unidades de Conservação: texto da Lei 9985 de 18 de julho de 2000 e vetos da presidência da República ao PL aprovado pelo congresso Nacional – São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2000. 3ª edição.

BOZANI, G. & KARAM, K.F.F. 2003. Participação Comunitária e Conservação de Áreas Protegidas: Lições do Projeto PALOMAP. SPVS, Curitiba.

FISCHER, D.; BORN, P.A.; BONILAURO, F. & OLIVEIRA, K.L. 2009. Abrindo os caminhos para a participação social na APA da Serra da Esperança. Mater Natura, Curitiba.

FREIRE, P. 1983. Educação como prática de liberdade. 14.ed. São Paulo: Paz e Terra.

\_\_\_\_\_. 2002. Pedagogia da Autonomia. 24.ed. São Paulo: Paz e Terra.

FREIRE, P & BETTO, F. 1985. Essa escola chamada vida: depoimentos ao repórter Ricardo Kotscho. São Paulo: Ática.

HERNANDÉZ, E. La Comunidad como ámbito de participación. Un espacio para el Desarrollo Local. In: MONTERO, M. et al. **Participación: ambitos, ritos y perspectivas**. Caracas: CESAP, 1996. p. 21-44.

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Gestão Participativa da APA de Guaraqueçaba – Diagnóstico socioeconômico e cultural. Relatório decorrente do projeto financiado pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente. Curitiba, 2005.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Efetividade de gestão das unidades de conservação federais do Brasil. Ibama, WWF-Brasil. Brasília: Ibama, 2007.

IBGE - Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro, 2002.

IPARDES, Instituto Paranaense do Desenvolvimento Econômico e Social. Zoneamento da APA de Guaraqueçaba. Curitiba: IPARDES, 2001.

KAICK, T. S. V.; MACEDO, C. X. 2002. Projeto saúde comunitária, educação e conservação para a região de Guaraqueçaba, Paraná, Brasil. In: III Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, Fortaleza. Anais Trabalhos Científicos. Fortaleza: Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza. p. 113-123.

LIMONT, M. 2009. Educação e participação social na APA de Guaraqueçaba: a capacitação como possibilidade na Mediação de conflitos ambientais. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

MAGALHÃES, H.; BONONI, V.L.R. & MERCANTE, M.A. 2010. Participação da sociedade civil na gestão de unidades de conservação e seus efeitos na melhoria da qualidade ambiental da região Sudeste do estado do Mato Grosso do Sul. Acta Scientiarum. Human and Social Sciences 32 (2): 183-192.

PADILHA, P.R. 2011. O “Círculo de Cultura” na perspectiva da intertransculturalidade. Instituto Paulo Freire. Disponível em <[www.paulofreire.org/Institucional/PauloRobertoPadilhaArtigos](http://www.paulofreire.org/Institucional/PauloRobertoPadilhaArtigos)> Acesso em: 12/10/2011.

SOCIEDADE DE PESQUISA EM VIDA SELVAGEM – SPVS. 1992. Plano Integrado de conservação para a região de Guaraqueçaba, Paraná, Brasil. SPVS, Curitiba.

SOCIEDADE DE PESQUISA EM VIDA SELVAGEM E EDUCAÇÃO AMBIENTAL – SPVS. 2003. Projeto Saúde Comunitária Educação e Conservação para a região de Guaraqueçaba – Paraná, Brasil. Relatório bianual 2001 e 2002. SPVS, Curitiba.

SOCIEDADE DE PESQUISA EM VIDA SELVAGEM E EDUCAÇÃO AMBIENTAL – SPVS. 2009. Conhecendo o Papagaio-de-cara-roxa. Livreto informativo . SPVS, Curitiba.

SOCIEDADE DE PESQUISA EM VIDA SELVAGEM E EDUCAÇÃO AMBIENTAL – SPVS. 2011. Papagaio-de-cara-roxa: conheça a floresta mais rica do mundo. Folder do Projeto. SPVS, Curitiba.

OLIVEIRA, R. & ANDERSON, E.S. 1999. Gênero, Participação Comunitária e Manejo de Recursos Naturais: O caso do Parque Nacional do Jaú. No 2.. MERGE (Manejo de Ecossistemas e Recursos com Ênfase em Gênero), University of Florida, Gainesville.

TEIXEIRA, C. F. 2004. A proteção ambiental em Guaraqueçaba: uma construção social. Tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.